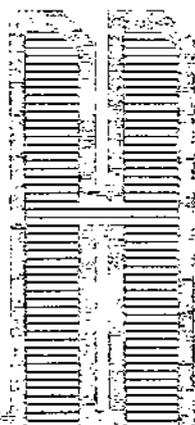




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 025

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 04 DE ABRIL DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 50ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE ABRIL DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADOS FARABULINI JUNIOR, OSVALDO NASCIMENTO, ADAIL VETORAZZO, JORGE UEQUED, SAMIR ACHOA, VALMOR GIARVARINA, NELSON DO CARMO, como Líder, DJALMA BOM, como Líder, e EDISON LOBÃO, como Líder.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1984, que altera a redação do item III do caput do art. 42, da Constituição Federal. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.3.1 — Comunicação de Liderança

DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON, como Líder do PTB

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 51ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE ABRIL DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO FLORICENO PAIXÃO

2.2.2 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. João Agripino e acolhida pela Presidência atinente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

2.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ENCERRAMENTO.

Ata da 50ª Sessão Conjunta, em 3 de abril de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Passos Pôrto

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — José Ignácio Ferreira — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Alfredo Campos — Gastão Müller — José Fragelli — Roberto Wypych — Álvaro

Dias — Enéas Faria — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

— PDS: Ubaldino Meirelles — PDS: Vivaldo Frota — PDS.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Domingos Juvenil — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

NÍSIO EDMUNDO TOSTES RIBEIRO

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Sarney Filho — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PFL.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripina — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PFL.

Pernambuco

Arnaído Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Antônio Osório — PDS; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espirito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Carlos Peçanha — PMDB; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PMDB; Jorge Leite — PMDB; José Frejat — PDT; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Roberto Jefferson — PTB; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Fued Dib — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Hercúlio — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juárez Baptista — PMDB; Luis Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB;

Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronan Tito — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Bete Mendes — PT; Celso Amaral — PTB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoíno — PT; Márcio Santilli — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Samir Achóa — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; José Tavares — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugoardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sival Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 34 Srs. Senadores e 251 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Nação espera uma Nova República. A esperança está nas ruas, concentra-se nas praças, os trabalhadores promovem foros de debates. Participa, em São Paulo, na terra dos trabalhadores, do foro de debates o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias dos Têxteis. Milhões de trabalhadores esperançosos. Enquanto isso, estrutura-se a Nova República e estruturando-se, como se diz, pelo dedo se conhece o gigante.

É bom que nós, que participamos da grande luta pela derrubada da antiga oligarquia, todos nós que ocupamos as tribunas populares e, nos comícios, nos acotovelamos junto ao povo para, nas praças públicas, ouvir os grandes tribuns; é bom que aqueles que, como nós, aqui no Congresso Nacional, durante dois anos, estivemos vergastando a corrupção, denunciando mazelas, estabelecendo caminhos para que a Nova República se instalasse e um novo modelo de homens governasse o País; é bom que agora, ainda no começo, promovamos uma grande advertência.

Vamos ao Instituto do Açúcar e do Alcool. Desta tribuna, em nome do meu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, critiquei, com violência, Jorge Wolney Atalla, que estava nos escaninhos dos Ministérios, destacadamente nos do Ministério da Indústria e do Comércio, para atender aos interesses de devedores contumazes que não pagam ao Banco do Brasil, que não pagam aos bancos particulares, que vivem nababescamente à custa do sofrimento do povo que mora nas favelas, nos mocambos. Agora, quero saber, no que se refere ao Instituto do Açúcar e do Alcool, quem são os que devem e qual o montante da dívida. Todos eles, inclusive o Presidente.

Houve por bem o Ministro da Justiça, Deputado Fernando Lyra, estabelecer condições, critérios até para a prisão administrativa de empresários.

Quero saber se há alguém em alto posto de comando, no Governo atual, que pertenceu, direta ou indiretamente, ao Brasilinvest, ou todos os meus discursos pronunciados na Câmara e no Congresso estarão fadados a ser incinerados. Não desejo incinerar discurso algum. Ao contrário, desejo restabelecê-los. Quero saber, por exemplo, se Mauro Salles tem alguma implicação direta ou indireta com o Brasilinvest e se os seus bens serão bloqueados.

Vou em frente. O Sulbrasiliano defende e sustenta o proletariado das fábricas, dos escritórios e dos bancos. Não posso admitir que o proletariado não seja esclarecido. Os bancários têm o direito de defesa, e aqui os defenderei. Mas não vou permitir que 900 bilhões de cruzeiros deixem os cofres da União para atender aos apaniguados que enlamearam esta República no passado. Não vou permitir que 900 bilhões de cruzeiros sejam destinados a salvar um grupo econômico que jamais atendeu às reivindicações dos funcionários, a não ser tornando-se miserandos funcionários, como tem sido até o momento. Não serão os 900 bilhões de cruzeiros que haverão de atender aos reclamos dos funcionários. Estes têm de compreender que um representante do povo não pode colocar seu dedo na mazela sem que a elimine por inteiro. Temos que chegar a alguma conclusão neste Congresso, a fim de atender às reais necessidades dos trabalhadores do Sulbrasiliano, mas não podemos atender aos magnatas que, na verdade, se serviram do Banco e, agora, querem que o povo concorra com 900 bilhões, recursos que, em última análise, vêm do Imposto de Renda, do IPI etc. Enfim, vem do povo o dinheiro que forma o Caixa da União e não pode ele servir a esses corruptos, a esse grupo econômico que nunca deu atenção aos seus funcionários. Por que, agora, pretender que os 900 bilhões saiam dos cofres da União?

Desejava ver, desde o começo, o andamento da Nova República. Por isto permaneci trinta dias longe da tribuna, pois não pretendo servir de capa para quem quer que seja, para qualquer Governo que seja. Estou aqui para, em nome do povo, fiscalizar as mazelas, venham de onde vierem, sejam de quem for o comportamento, porque é a única coisa que devo a quem me elegeu e me trouxe para cá. Vou continuar a fiscalizar.

Concluo, Sr. Presidente: que o Presidente do IAA seja devedor, não. Novecentos bilhões de cruzeiros para o Sulbrasiliano, a fim de atender a magnatas, não. Homens ligados ao Presidente da República, comprometidos no Brasilinvest, não. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Nascimento.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é lamentável que, desta tribuna e numa análise pequena demais de um assunto tão imenso e tão profundo como é o problema social de milhares de trabalhadores, hoje vitimados pelos Senhores donos do poder da anterior Administração Pública, o brilhante Deputado Farabulini Júnior não demonstre ter consciência de que o Governo anterior depositou mais de 500 bilhões de cruzeiros exatamente no Sulbrasiliano, para encobertar os corruptos e os ladrões que estão soltos até agora. Quando a Oposição buscava espaço para chegar ao poder tinha consciência disso e, por derradeiro, é responsável por todo este elenco de erros, que tem a obrigação de corrigir.

Os 900 bilhões de cruzeiros, que o Sr. Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, põe em debate perante a Nação não será simples alocação de recursos em forma de doação. Não, Sr. Congressistas: será dinheiro emprestado a altos juros, e os Estados do Sul terão condições de devolvê-lo à Nação, porque a futura administração do Sulbrasiliano e da Caderneta Habitasul não se-

rão os corruptos lesaram de ontem. Esses, queremos vê-los na cadeia agora e já, porque o Rio Grande do Sul, os Estados do Sul, e estão às soltas. É isso que os Srs. Deputados têm de cobrar do atual Governo, que tinha consciência dos atos de corrupção, não só do Sulbrasiliano, mas da Caderneta de Poupança da Brasilinvest, da Haspa, da Coroa Brestel, da CAPEMI e de tantas outras instituições falidas, que até hoje não obtiveram deste Parlamento uma solução de justiça para o patrimônio nacional.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acreditamos na análise justa dos Srs. Parlamentares que irão examinar esse projeto, que, lamentavelmente, até agora não entrou no Congresso para ser examinado. Mais de 200 funcionários do Sulbrasiliano se encontram em Brasília, e os Parlamentares estão nas suas bases fazendo vista grossa aos reclamos do povo. Isso é de estarrecer, já que os ladrões estão soltos, quando deveriam estar na cadeia. Ilustre Deputado Farabulini Júnior, queremos analisar a questão com profundidade. Os funcionários do Sulbrasiliano e da Caderneta de Poupança Habitasul não têm culpa de que meia dúzia de "gatos oportunistas" dilapidassem seus patrimônios. O Governo atual e nós, políticos, temos a obrigação de devolver a hegemonia, a dignidade e a altivez a essas instituições que representam o Sul do País.

Finalizando, queremos aqui fazer um pedido aos Deputados e Senadores que irão discutir esta questão: não será simplesmente uma doação de 900 bilhões de cruzeiros ao Habitasul e ao Sulbrasiliano; será uma forma de resolver o problema social de mais de quinhentas mil pessoas que no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Santa Catarina e em outros Estados do País estão hoje correndo o risco de perder seu emprego. Portanto, vamos fazer a cirurgia, como o Presidente da República, que foi submetido a quatro internações. Vamos fazer uma cirurgia em termos de revitalizar a economia do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e do País. O Governo, que sabia do estado de corrupção em que vivia a Nação, tem também, neste instante, a obrigação de sanear as instituições financeiras. Esta é a tese que iremos continuar defendendo: não será simplesmente uma doação, será um empréstimo de 900 bilhões de cruzeiros para ser pago a curto prazo, inclusive reavendo os 500 bilhões de cruzeiros que o Governo anterior colocou na mão de corruptos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: o art. 77 da Constituição, com a nova redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 8, diz que o candidato à Vice-Presidência da República será eleito conjuntamente com o candidato à Presidência. E foi exatamente cumprindo esse texto constitucional que, eleito Vice-Presidente e na impossibilidade de o Presidente assumir seu cargo, o Sr. José Sarney está investido de todos os poderes e de todos os deveres da Suprema Magistratura. O que queria o legislador com a atual redação é que fosse assegurada a harmonia e a continuidade administrativa. Assim ocorre com Vice-Prefeito, Vice-Governador e Vice-Presidente da República: não são votados, são simplesmente eleitos; quando eleitos, são os substitutos naturais do Presidente, do Governador e do Prefeito todavia, Sr. Presidente, lamentavelmente, parece que a sabedoria dos legisladores não foi seguida na prática neste País. O Sr. José Sarney não assumiu efetivamente a Presidência da República. Quando o Presidente eleito, Tancredo Neves, visitou a Itália, a Espanha, Portugal, México e Estados Unidos, o Sr. José Sarney permaneceu no Brasil e tomou conhecimento da viagem presidencial simplesmente pelos veículos de comunicação. O Presi-

dente eleito, Tancredo Neves, regressou ao País depois de uma viagem estafante e prosseguiu em seus contatos diários e permanentes com as lideranças políticas, com o objetivo de estruturar seu futuro Governo. Sarney permaneceu totalmente marginalizado do processo; não sabia sequer os nomes dos Ministros que seriam escolhidos muito menos os nomes dos indicados para o segundo e terceiro escalões da República. Procurado pelos veículos de comunicação, S. Ex^a declarou peremptoriamente: "Vice não fala".

Mas porque se legislou com o objetivo de se assegurar a continuidade administrativa, fazendo com que o Vice-Presidente fosse o sucessor imediato e natural do Sr. Presidente; era de se esperar que o Vice-Presidente caminhasse *pari passu*, junto, ao lado do Presidente e, assim, não haveria solução de continuidade administrativa; e, assim, não haveria todo esse clima de insegurança e incerteza que domina o País. Claro está, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que a posição do PDS não é contra o Sr. José Sarney. Pelo contrário, nossa posição é pela legalidade e pelo respeito à Constituição. O que o PDS quer é que o Sr. José Sarney assumia, de fato, o comando da Nação, porque tudo passou, a não ser a inflação — ontem, aliás, chegou a 29% a taxa paga no *overnight*.

Este é mais um alerta que fazemos desta tribuna para que, efetiva, real e conscientemente, o Sr. José Sarney assumia, na plenitude dos seus direitos e deveres, a Presidência da República

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Com a palavra o Sr. Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários da Casa, a Nação está tranqüila, apesar de alguns não a verem assim. O País, governado com tranqüilidade, no cumprimento da ordem constitucional, passa a enfrentar a solução dos seus problemas, alguns deles oriundos de uma herança pesada, de um passado não longínquo, mas muito difícil, de um comprometimento de recursos públicos que preocupa toda a sociedade brasileira.

Ouvimos há pouco referência ao problema do Sulbrasileiro e à solução que o Governo pretende dar às dificuldades por que passam a economia do Sul e o próprio Governo. E dos argumentos que ouvimos não nos sensibilizam aqueles que não dizem respeito aos interesses nacionais. Sensibiliza-nos a preocupação das pessoas, dos Parlamentares e dos jornalistas quanto à correta aplicação dos recursos públicos. E, nesta questão, nós, do Rio Grande do Sul, nos colocamos permanentemente na primeira fila.

É preciso, no entanto, dizer algumas verdades que certos órgãos de comunicação não divulgam e determinadas pessoas esquecem nas suas análises. Para liquidar o Sulbrasileiro e, assim, complementar um negócio iniciado pelo antigo Presidente do Banco Central, Sr. Celso Pastore — para favorecer os grandes conglomerados financeiros — o Brasil precisa desembolsar 1 trilhão e 300 bilhões de cruzeiros. É o custo da liquidação, desempregando 21 mil pessoas e abandonando a economia do Sul do País. No entanto, para salvar o Sulbrasileiro, é necessário que o Governo empreste 900 bilhões de cruzeiros para salvar também os recursos da União lá aplicados — cerca de 550 bilhões de cruzeiros — e manter as responsabilidades da União, em torno de 1 trilhão de cruzeiros, no *overnight* e do *open market*, que o Governo não fiscalizou

O que estamos dizendo, permanentemente, é que não se quer dinheiro a fundo perdido. Queremos a fiscalização da sua aplicação. Não queremos salvar os diretores nem o patrimônio dos diretores do Sulbrasileiro, que

são responsáveis pela situação que o banco atravessa. Todas as ações serão desapropriadas e o novo banco será dirigido pela União, passando a ser de sua propriedade. É bom salientar que não se estará aplicando dinheiro num banco dirigido por particulares. Estar-se-á aplicando recursos num banco dirigido pela União.

É bom que se diga a quem interessa a liquidação do Sulbrasileiro. Interessa só e exclusivamente aos grandes conglomerados financeiros, que querem comprar, a preço vil, o espólio. E a quem interessa salvá-lo? Interessa aos trabalhadores, para manterem seus empregos. Interessa às economias gaúchas, catarinenses e paranaense, para manter o seu desenvolvimento. E interessa ao Governo da União, para defender o que lá aplicou e defender as responsabilidades que ainda tem.

Fica uma pergunta: por que liquidar, se é mais caro? Por que não salvar, se é mais barato? Por que não aplicar recursos com competência? É o que a Nova República terá que fazer para corrigir os erros cometidos no passado. Ou será que temos apenas a responsabilidade de liquidar todos os empreendimentos que foram mal administrados?

Não se está fazendo, no Rio Grande do Sul, a defesa única e exclusivamente da manutenção do emprego — isto é fundamental — mas também do que o Rio Grande do Sul sempre soube fazer: interesse nacional, para a República não colocar mais dinheiro fora e para não fazer o jogo dos grandes conglomerados. Custa mais barato salvar do que liquidar. Por que liquidar, pôr dinheiro fora e fazer o jogo dos grupos econômicos?

Por isso, Sr. Presidente, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná têm a responsabilidade de alertar à Nação: não se deve jogar dinheiro fora, porque liquidar é jogar dinheiro fora; é preciso salvar os grandes conglomerados financeiros nacionais para que eles continuem a fazer um bom negócio, e emprestar os recursos é salvar a economia, prestigiar o trabalho e respeitar o erário nacional.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Samir Achôa.

O SR. SAMIR ACHÔA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, recebi um telefonema, ontem, de um amigo meu de São Paulo, que pretende registrar uma escritura em um Cartório de Registro do Interior. O registro — que equivale a 15 minutos de trabalho — custa 28 milhões de cruzeiros, 28 milhões de cruzeiros que evidentemente serão repassados a alguém. O valor da escritura seria irrelevante, porque a forma de cobrança deste tipo de taxa é absolutamente desonestas.

O Governador de São Paulo, recentemente, enviou à Assembleia Legislativa — e esta, inadvertidamente, aprovou — projeto de lei que majora em até 1.900% o preço das custas judiciais. Em até 1.900%! Lamento profundamente que o Governador não tenha nesta Casa nenhum Deputado para defendê-lo. Sinto-me até frustrado, na medida em que falo sozinho sem que ninguém me contradite. Um Governador irresponsável que manda para a Assembleia Legislativa um projeto de lei que majora as custas judiciais, em média, de 400%, mas que chega até 1.900%; um Governador que permite que os Cartórios dos Registros de Imóveis tenham uma renda, que vai para o bolso de particulares, de até 100 milhões de cruzeiros por dia é um desalento. Cem milhões de cruzeiros por dia! Há pessoas físicas neste País ganhando à custa de alguém!

A escritura de uma casa popular, em São Paulo, custa a bagatela de 2 milhões e 900 mil cruzeiros, entre registro e escritura. O que está ocorrendo em São Paulo? Como a escritura pode ser passada em qualquer Município, mas

o registro deve ser feito no local onde se situa o imóvel, as escrituras são muitas vezes passadas em outros Estados. Alguns Estados, inclusive, já instalaram escritórios em São Paulo.

Ora, absurdo preço cobrado pelas custas judiciais na minha opinião contraria inclusive a própria Constituição Federal, ao impedir o acesso do cidadão comum à Justiça, direito garantido pelo art. 153 da Carta Magna deste País.

Estou estudando a possibilidade de ingressar com uma ação contra o Governador do Estado. A Ordem dos Advogados, Seção do Estado de São Paulo, está em gestão permanente há um ou dois meses, protestando contra a medida desonesta praticada pelo Governo Estadual. A situação não pode continuar desta forma, com as custas judiciais majoradas de forma abusiva, como o foram, pela falta de capacidade de aferição do Sr. Governador. O lucro desonesto e indevido dos Cartórios de Registro não pode continuar.

A transação feita com livros de outros Estados, levados ao Estado de São Paulo para serem lavradas as escrituras públicas, a um preço mais barato, não pode continuar. Há necessidade de que a Nova República, através do Ministro da Justiça, estabeleça normas a respeito da igualdade de custas judiciais em todo o País.

Há necessidade, inclusive, de um estudo sobre a oficialização da serventia de registro civil, porque não é crível nem aceitável que o grande lobby nacional, toda vez em que se apresenta uma proposta para a oficialização desses cartórios, se posicione contrariamente a essa proposição legítima da população brasileira. Não é possível que esse estado de coisas continue, sendo que nós estabelecemos, ou temos a presunção de estabelecer uma Nova República.

Faço um apelo ao Sr. Ministro da Justiça no sentido de que estude a matéria, para que esta pouca vergonha não continue grassando livre no Brasil. E quero, daqui, advertir o Governador de São Paulo quanto às suas responsabilidades. Se S. Ex^a não rever esta situação, que seja responsabilizado pelas consequências que advirão do ato que majorou em até 1.900% as custas judiciais.

É o meu protesto, Sr. Presidente, e Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina, como Líder do PMDB.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eminentes Parlamentares, no exercício eventual da Liderança em plenário no dia de hoje, sinto-me no dever de assomar a esta tribuna para prestar esclarecimentos à Casa, com referência não-somente à momentosa questão do Banco Sulbrasileiro, como também relativamente à interinidade do Presidente em exercício, José Sarney.

Quanto ao primeiro caso, devo dizer que quem criou esta situação nacional — porque a situação do Rio Grande do Sul é de caráter nacional — quem nos deu de bandeja esse abacaxi para descascar não foi o Governo da Nova República. Isto é parte do que herdamos do Governo falecido. Sr. Presidente, há provas evidentes, há sinais flagrantes de que o Governo da Nova República está muito sensibilizado com a situação dos funcionários do Banco Sulbrasileiro e disposto a encontrar uma solução que seja permanente, uma solução que não seja simplesmente para lavar as mãos.

Os sinais estão aí. O caso não é tão simples como possa parecer a alguns parlamentares e não parlamentares. Novecentos bilhões de cruzeiros é dinheiro para ninguém colocar defeito. O Governo da Nova República não será irresponsável ao ponto de injetar esta importância no Sulbrasileiro a fundo perdido. É preciso que a Nação, através do Governo, tenha as garantias de que esse dinheiro retorne o mais breve possível.

Em síntese, Sr. Presidente, não se vai fazer, de forma nenhuma, seja quais forem as pressões desta ou daquela facção, deste ou daquele segmento, o que se fez com o Cora-Brastel: jogar dinheiro pela janela, injetar dinheiro numa empresa falida — e dinheiro a fundo perdido — que faltaria depois para atender às crises econômicas, faltaria para atender às necessidades do Nordeste e, por que não dizer? às necessidades do Sul, mesmo, que se afirme constantemente que o Sul é rico.

Sr. Presidente, em síntese, eu dizia, que o que se vai fazer é desapropriar as ações do Banco Sulbrasileiro e, com isso, proceder a uma estatização provisória. O que se vai fazer — posso garantir — é tanto quanto possível amparar principalmente esses 17.161 funcionários, que não tiveram culpa, alguma no evento, funcionários que foram vítimas da malversação do dinheiro público e particular. Mas para se fazer tudo isso e, inclusive, evitar que a economia do Rio Grande do Sul, que gira em torno do Banco Sulbrasileiro, entre em colapso, é que o Governo está, por intermédio dos seus Ministros da área econômica, é claro, e também do Ministro da Justiça, tomando as medidas cabíveis, para responsabilizar os culpados e, através de diálogo com parlamentares representantes do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, achar uma solução.

Ora, Deus que é Deus, segundo as Escrituras, fez o mundo em sete dias. Preciso de sete dias para construir o mundo. Nós, que temos muito pouco de divindade, não queremos ter a pretensão de resolver um problema tão grave como este em uma semana, em oito, dez ou quinze dias. Ontem mesmo houve mais uma reunião para se chegar à minuta do projeto que deverá ser enviado ainda hoje ao Congresso Nacional.

Eu ouvi há pouco o nobre Deputado Osvaldo Nascimento a exigir rapidez para que se resolva a questão. Em contato informal com outro parlamentar, ouvi a seguinte expressão: "Mas por que jogar todo esse peso nas costas do Congresso Nacional."

Primeiramente, eu gostaria de dizer ao nobre Deputado Osvaldo Nascimento — que tanto respeito, que tanto admiro, homem que está legitimamente defendendo os interesses do povo do seu Estado e, por conseguinte, do povo brasileiro — que essas coisas não podem ser resolvidas da noite para o dia. Os parlamentares estão voltando agora às suas bases, porque estamos às vésperas da Semana Santa, e ninguém é de ferro, ninguém vai ficar em Brasília, mesmo porque não haverá sessão na quinta, na sexta, no sábado e no domingo. Mas na segunda-feira, não há dúvidas, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças irão apreciar a matéria e, na terça, com certeza, no mais tardar na quarta-feira, ela estará sendo debatida neste plenário, a fim de encontrarmos uma solução, já que este é o objetivo do Governo da Nova República.

Quanto ao "abacaxi", ao peso nas costas do Congresso Nacional, tenho a responder o seguinte: se estivéssemos adotando métodos, processos, já superados, o assunto seria resolvido através de um decreto-lei, empurrado goela abaixo do Congresso Nacional. Reclamávamos do procedimento do governo quando impingia decretos-leis a este Parlamento. Temos, então, o direito de reclamar por colocar o Governo, através de projeto, toda essa carga nas costas do Congresso Nacional? Não. Temos mesmo de apreciar todas as matérias importantes que interessem à Nação. Esta é a função do Parlamento. Somos legisladores, sim, mas, acima disso, somos uma entidade, somos uma instituição política, o pulmão político da Nação.

Ouçó, com muito prazer, o nobre representante do Rio Grande do Sul, Deputado Osvaldo Nascimento.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Ilustre Deputado Valmor Giavarina, pelo respeito que V. Ex^a, brilhante De-

putado deste Parlamento, nos merece, quero parabenizá-lo pela correção do raciocínio. Em verdade, defendemos a mesma tese, queremos as mesmas coisas: justiça e urgência para a questão social do Sulbrasileiro e do Habitasul. Estamos ansiosos por ver o Brasil retomar o seu desenvolvimento e, a curto prazo, os 40 milhões de desempregados terem o seu emprego. E, para isso, rogamos pelo restabelecimento da saúde do eminente Presidente Tancredo Neves, cujas energias não de responder ao esforço dos médicos e da nossa medicina. Queríamos, aproveitando a colocação de V. Ex^a, informar que o Governo Jair Soares está solicitando ao Banco Central autorização para abrir 129 agências da Caixa Estadual, que, automaticamente, estaria propiciando uma solução alternativa para a questão dos funcionários do Sulbrasileiro. A concessão de Carta Patente para essa 129 agências da Caixa Estadual do Rio Grande do Sul seria quase que uma estatização indireta, o que poderia acontecer com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul e, de resto, com o Banco do Brasil. O investimento no Sulbrasileiro, hoje, é altamente rentável, porque não seria uma solução aplicar dinheiro numa instituição que não reverte em dinheiro os recursos nela aplicados. Gostaríamos de apelar a V. Ex^a, que é Vice-Líder do Governo nesta Casa, para que sugerisse a inclusão, nesse projeto, de concessão de cartas de crédito por parte do Banco do Brasil, do BANERJ, dos Bancos dos Estados, das Caixas Estaduais e Federais para os funcionários do Sulbrasileiro, do Habitasul e de outras instituições financeiras que faliram por culpa do Governo passado, que não os fiscalizou. O Banco Central sabia dos fatos há quatro anos e fez vista grossa. Por esta razão, o Governo atual tem igualmente responsabilidade, porque, assumindo, assumiu também os erros do passado e terá de corrigi-los.

O SR. VALMOR GIAVARINA — Nobre Deputado Osvaldo Nascimento, entendi perfeitamente a colocação de V. Ex^a. Uma proposta, necessariamente, não elimina a outra; pelo contrário, parece-me que as duas propostas se completam. Veja como temos razão quando defendemos a necessidade de se debater este assunto. Surge hoje a proposta do Governador do Rio Grande do Sul para que se instalem 129 agências da Caixa Econômica Estadual. Ora, quem sabe seja este também um caminho a mais? Quem vai dizer se é o caminho ou não será V. Ex^a, os ilustres Deputados e este Parlamento, através de amplo debate.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Estamos fazendo a colocação de que a proposta de abertura de 129 agências não elide a proposta principal, que seria o empréstimo de 900 bilhões de cruzeiros, em caráter emergencial. Para solucionar a crise decorrente da intervenção aos Bancos Sulbrasileiro e Habitasul, devemos, como remédio urgente, urgentíssimo, destinar 900 bilhões de cruzeiros, como empréstimo, àqueles bancos e, como outra alternativa — quem sabe? — a abertura de novas agências por parte do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Caixa Estadual do Rio Grande do Sul e outras instituições estaduais e federais que queiram abrir agências em cidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná etc.

O SR. VALMOR GIAVARINA — V. Ex^a faz jus ao respeito que a Casa tem por sua atuação. Realmente, V. Ex^a argumenta com muita lucidez, muita clareza e tranquilidade, e é por aí que haveremos de encontrar as soluções para os graves problemas que herdamos da Velha República.

Mas gostaria de terminar, Sr. Presidente e nobres Parlamentares, com apenas uma palavra em resposta à colocação feita pelo ilustre Deputado Adail Vettorazzo, de São Paulo, que começou por analisar o art. 77 da Constituição, que estabelece que o Vice-Presidente substitui o

Presidente no caso de impedimento e que o sucede no caso de vacância. O ilustre Deputado criticou o Vice-Presidente José Sarney por não ter acompanhado o Presidente que está adoentado em sua viagem pela Europa e por parte do mundo. Ora, o Vice-Presidente tem uma expectativa de mandato. Ele não exerce mandato algum. Ele se portou com muita decência, com muita discrição, teve uma postura muito digna em não acompanhar, em não ir com o Presidente de oferecido. Ele é o Vice-Presidente. Enquanto não aconteceu o impedimento do Presidente, S. Ex^a não falou, porque, como ele bem disse, "Vice não fala".

A partir do momento em que a sorte de certa forma faltou ao Presidente Tancredo Neves e que a ironia do destino fez com que ele caminhasse tantos e tantos quilômetros através de um imenso deserto e chegasse à beira do rio e encontrasse a sua água e a nossa água envenenada, a partir daquele momento em que se efetivou o impedimento, o Sr. José Sarney assumiu a plenitude da Presidência da República, deixou de ser Vice para ser o Presidente da República em exercício. Mas, mesmo assim, continuou se portando com dignidade, com as naturais cautelas, em respeito à situação do Presidente que o povo quis que nós elegéssemos. Mas, a partir da segunda operação, depois a terceira e agora, infelizmente, a quarta, quando se fortalece entre nós a convicção de que esse impedimento se prolongará por semanas e, quem sabe?, mais um, dois ou três meses, o Sr. Presidente em exercício, José Sarney, tomou as rédeas do poder, mesmo sem ferir a suscetibilidade, porque sentiu que a Nação não podia parar, como não parou, que era de seu dever assumir na plenitude o comando do Brasil.

Temos tido abundantes provas disso. Ontem mesmo, o Ministro Almir Pazzianotto esteve em São Paulo e teve a reciprocidade da classe trabalhadora, eis que havia estourado uma greve no ABC. No entanto, atendendo a um pedido de S. Ex^a, os trabalhadores brasileiros suspenderam a greve para negociar novamente, em respeito à situação nacional e, principalmente, em respeito à situação do nosso Presidente, que está em seu leito de doença no hospital. Tenho a certeza de que também aqui, em Brasília, acontecerá a mesma coisa a partir do momento em que o Ministro do Trabalho for conversar com os grevistas, porque a greve é legítima, o que jamais foi considerado pela República Velha. É um direito do cidadão. Tanto é assim que nem mesmo essa greve de Brasília, que fez com que os Ministérios parassem no dia de hoje, foi declarada ilegal; ela foi respeitada, numa prova de que, conversando, a gente se entende. Não é com baioneta calada, não é com metralhadoras, com fuzis, com truculência que se administra uma Nação. Administra-se um País na plenitude democrática através do diálogo, ouvindo, por exemplo, esses valerosos funcionários do Banco Sulbrasileiro, que vêm aqui reivindicar não empregos, mas o direito ao trabalho. (Palmas.)

O Sr. Nelson do Carmo — Sr. Presidente, peço a palavra para uma Comunicação de Liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson do Carmo, para uma Comunicação de Liderança.

O SR. NELSON DO CARMO (PTB — SP, Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, passo à consideração desta Casa as seguintes perguntas: se o Governo é responsável pelos rombos do sistema financeiro, por que não estatizamos todo o sistema financeiro brasileiro? Esta é a filosofia do PTB. Entendemos que tudo que não gera produção, tudo que é especulativo, tem de ser dirigido pelo Governo. Repito: esta é a filosofia do PTB. Sabemos que existe o problema dos 17 empregados, mas temos de pensar

muito, porque estamos sabendo que outras entidades financeiras, que não pertencem ao Governo Federal, mas a Governos Estaduais, também estão em situação financeira caótica. Há déficits de 4 trilhões de cruzeiros em outros bancos que estão trilhando, praticamente, o mesmo caminho do Sulbrasileiro. Então, pergunto: será que não criamos apenas uma situação de cascata? Será que atrás do Banco Sulbrasileiro não virão outros bancos? No ano passado, bancos estaduais estavam captando dinheiro a uma taxa 28% acima da correção monetária. Ora, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, aonde vamos parar? Como vai ficar o Sistema Financeiro Nacional? Temos de dar um paradeiro a esta situação. Já chegou a hora de um basta.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, temos em mãos cortes de jornais do dia 27. Pergunto: será que não nos emaranhamos no Rio Grande do Sul? Será que antes de vermos isso não deveríamos discutir a responsabilidade dos administradores daquele banco e, de imediato, congelar todos os seus bens? Acho que, prioritariamente, devemos procurar saber onde está o dinheiro, onde estão 1 trilhão e 350 bilhões de cruzeiros. Onde foi parar esse dinheiro? Temos primeiramente de ir atrás desse dinheiro. Segundo denúncias do jornal *O Estado de S. Paulo*, onde foi citado um tal de Sr. Dalmolin, na CENTRALSUL houve desvios de 5 trilhões de cruzeiros. Será que há alguma comunicação entre a CENTRALSUL e o Sulbrasileiro? Esta é uma acusação do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Então, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, entendemos que o PTB, como um partido de cunho trabalhista, tem de zelar pelos 17 mil funcionários. Dividindo um trilhão e 350 bilhões de cruzeiros por 17 mil funcionários, temos a espantosa importância de 70 milhões de cruzeiros para cada um. Temos de pensar uma, duas, três vezes antes de tomar qualquer atitude. Será que não vai haver necessidade de mais numerário?

O Sr. Osvaldo Nascimento — Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. NELSON DO CARMO — Não estou contestando V. Ex^a, deixe-me terminar a minha exposição.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Mas V. Ex^a está falando em comunicação de Liderança e eu gostaria de colaborar com V. Ex^a

O SR. NELSON DO CARMO — Pois não.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Temos notícias de que não será simplesmente uma doação ao Sulbrasileiro. Será dinheiro emprestado com altos dividendos de retorno. A partir de segunda-feira, V. Ex^a já terá conhecimento do projeto que permitirá ao Governo emprestar 900 bilhões de cruzeiros, que deverão ser devolvidos no prazo de um ano. Este empréstimo não beneficiará somente os funcionários do Sulbrasileiro, mas também a economia do Rio Grande do Sul e dos demais Estados do Sul, que também fazem parte deste Brasil. Queremos informá-lo de que, além dos 900 bilhões, há mais 500 bilhões que o Governo anterior colocou, a título de fundo perdido, no Sulbrasileiro, e que não houve retorno. E essa cessão que o Governo Federal irá fazer ao Sulbrasileiro é justamente para possibilitar o retorno dos 500 bilhões já emprestados. Mas queremos também, com a solução desse caso, ver os bandidos na cadeia.

O SR. NELSON DO CARMO — Exatamente, nobre Deputado Osvaldo Nascimento. Queremos saber se no projeto virá o enquadramento dos responsáveis por esse rombo, porque não adianta sair o dinheiro daqui e não se apurar a responsabilidade. O PTB quer analisar muito bem esse projeto e ver, o que é de suma importância, a

prisão desses elementos, porque se houve severidade para com o Brasilinvest, por que não fazer o mesmo com o Sulbrasileiro, decretando a prisão dos responsáveis? Ora, é isso que queremos: a mesma medida.

O Sr. Osvaldo Nascimento — E também a garantia do emprego aos trabalhadores.

O SR. NELSON DO CARMO — Não podemos ir pelo lado sentimental.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Trata-se de uma conclusão lógica. Queremos a garantia de emprego aos trabalhadores e justiça aos faltosos.

O SR. NELSON DO CARMO — É certo que estamos interessados em garantir o emprego dos trabalhadores, mas não seria melhor os trabalhadores receberem um pouco menos? Vamos propor-lhes isto. Há muitas alternativas. Os trabalhadores precisam entrar na discussão, através dos líderes que eles próprios elegeem. O que estamos aplicando corresponderá a 70 milhões de cruzeiros para cada funcionário. Talvez eles tenham uma opção melhor. Estamos colocando o carro na frente dos bois. Temos de colocá-los na discussão. Não é possível que apenas uma ou duas lideranças partidárias discutam o problema. O PTB não foi incluído nessa discussão.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Mas faz parte do Parlamento.

O SR. NELSON DO CARMO — Até agora, apenas duas lideranças discutiram o problema: a do Partido da Frente Liberal e a do PMDB.

O Sr. Osvaldo Nascimento — O que está faltando...

O SR. NELSON DO CARMO — Permita-me prosseguir, nobre Deputado.

Achamos que as lideranças dos funcionários envolvidos têm de participar da discussão, da qual elas estão sendo marginalizadas. Há necessidade que todas as lideranças participem, inclusive as dos partidos minoritários. É preciso que as lideranças do empregados do Sulbrasileiro, juntamente conosco, encontrem uma situação de conciliação, a fim de que o País não saia prejudicado, ou não haja possibilidade de ocorrência do efeito cascata.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Deputado Djalma, Bom, como Líder do PT.

O SR. DJALMA BOM (PT — SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, "irresponsável, inconsequente e apolítica é a greve dos motoristas e cobradores do Distrito Federal. O Governo fará cumprir a lei em toda sua plenitude".

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, parece-me que não estou ouvindo bem ou não estou entendendo bem as coisas. Estávamos acostumados a ouvir essas declarações em tempos passados. Fui tomado de surpresa, ontem, quando ouvi essas afirmações feitas pelo Ministro da Justiça, Deputado Fernando Lyra, o homem forte do Governo da Nova República. O que mais me causa estranheza é o fato de ter sido organizada uma rede de rádio e televisão para que o Ministro pudesse fazer essas declarações. Será que estamos vivendo, efetivamente, numa Nova República? Essas afirmações contrariam tudo o que se possa imaginar da Nova República.

O Sr. Valmor Giavarina — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. DJALMA BOM — Gostaria de prosseguir um pouco mais nas minhas considerações. Depois, ouvir seu aparte, com prazer. Aliás, V. Ex^a vai ter muita coisa a explicar.

Acho que tais declarações, nobre Presidente, nada têm a ver com a Nova República, com a nova democracia. A Nova República e a nova democracia têm de começar a entender que a organização dos trabalhadores, a mobilização dos trabalhadores, a manifestação dos trabalhadores e a greve dos trabalhadores são a essência, é o próprio tempero da democracia. Sem greve, sem manifestação, sem organização não existe democracia; a democracia é exercida pela metade.

O Sr. Farabulini Júnior — Muito bem, Deputado!

O SR. DJALMA BOM — Achamos estranho, quando se fala em nova democracia, o Ministro da Justiça, através de uma rede de rádio e televisão, com a paranóia da desestabilização do Governo do Dr. Tancredo Neves, dizer que numa simples greve dos motoristas e cobradores de Brasília, existe infiltração de minorias e que a polícia tem de reprimir com toda a violência. É de se ficar indignado. O nosso Companheiro Fernando Lyra, Ministro da Justiça, tem uma dívida para com a Nação, a de explicar melhor a sua afirmação, pois, enquanto S. Ex^a, fazia tal afirmação, um modesto, simples funcionário do Ministério do Trabalho negociava com os grevistas.

Por isso, Sr. Presidente, nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos por demais preocupados. O povo brasileiro conhece as nossas afirmações nesta Casa, conhece a posição do Partido dos Trabalhadores. Fomos contra a forma como se elegeu o Dr. Tancredo Neves, mas estamos aqui, com 130 milhões de brasileiros, fazendo votos para o pronto restabelecimento de S. Ex^a, a fim de que possa ocupar o lugar que é seu, de Presidente da República. Mas não podemos, de forma nenhuma, ficar, de um lado, clamando a Deus para que o Dr. Tancredo Neves se restabeleça e, de outro, ouvindo tais declarações do Ministro da Justiça.

Isso é uma demonstração de que existe um desgoverno, pois o Dr. Tancredo Neves não iria de forma nenhuma admitir que seu Ministro da Justiça convocasse uma rede de rádio e televisão para dizer que uma simples greve dos cobradores e motoristas de Brasília, que ganham 400 a 600 mil cruzeiros por mês, iria desestabilizar o Governo do Dr. Tancredo Neves.

Gostaria de ouvir o nobre Líder do PMDB, o nosso estimado companheiro Valmor Giavarina.

O Sr. Valmor Giavarina — Nobre Deputado, Líder do Partido dos Trabalhadores, meu fraternal amigo, primeiramente quero justificar estar eu usando o microfone da direita. É que o da esquerda está sendo ocupado por V. Ex^a Nobre Deputado, quero dizer que concordo plenamente com as colocações feitas por V. Ex^a quando diz que a greve é democrática, é um direito do trabalhador, é o tempero da liberdade, da democracia. Concordo plenamente com V. Ex^a e só o aparte para dizer da minha estranheza com referência a uma única afirmação de V. Ex^a Quando eu esperava — tenho certeza de que a Casa também — que V. Ex^a fosse aplaudir o Ministro Fernando Lyra, da Justiça, por afirmar que a ordem e que a lei serão exercidas em toda a sua plenitude. V. Ex^a vem criticá-lo. Ora, Deputado, a lei nunca foi cumprida nestes últimos vinte anos; ela foi sempre interpretada de acordo com os interesses da minoria dominante. Agora que se quer fazer com que a lei seja cumprida, V. Ex^a critica o Ministro Fernando Lyra. Quando perdermos a confiança na Justiça, quando admitirmos que a lei não deve ser cumprida, então chegaremos à beira do caos, senão ao caos. No mais, nobre Deputado, talvez eu não o tenha entendido bem, no mais louvo a defesa que V. Ex^a faz dos trabalhadores, principalmente em se tratando de um Líder da envergadura de V. Ex^a, Líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DJALMA BOM — Nobre Deputado Valmor Giavarina, V. Ex^a tentou explicar o inexplicável, quando afirma que existe lei. Mas é uma lei do regime militar, da ditadura militar. Quer dizer que o PMDB vai continuar usando a mesma lei autoritária do regime militar? Espero que não, nobre Deputado! Pelo que estou entendendo, pelas afirmações das principais lideranças do Governo da situação, que é o PMDB, acho que se abre um franco diálogo. É de admirar, portanto, que, enquanto um simples funcionário do Ministério do Trabalho estava negociando com os grevistas, o Ministro da Justiça mandasse a polícia reprimir o movimento. E foi reprimido.

Hoje, tive de me deslocar daqui para uma empresa de ônibus. Os grevistas estavam, na porta da garagem, dialogando, conversando, convencendo os outros trabalhadores de que deveriam participar da greve. O Ministro da Justiça manda o Secretário de Segurança de Brasília — aliás, não entendo como S. S^a continua no cargo até hoje, pois não conseguiu elucidar um dos crimes mais tenebrosos que aconteceram neste País, crime que revoltou a opinião pública do Brasil inteiro — o Ministro da Justiça, repito, manda esse Secretário, que vem do regime militar, espancar e reprimir os trabalhadores. Sr. Presidente, nobre Deputado Valmor Giavarina, não dá para entender?

Permito o aparte, nobre Deputado, companheiro Farabulini Júnior.

O Sr. Farabulini Júnior — Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento. Aqui estamos — V. Ex^a, Líder do Partido dos Trabalhadores, e eu, ocasionalmente, do Partido Trabalhista Brasileiro — para defender os trabalhadores e o direito de greve. Com referência ao fato agora verificado em Brasília, a greve é justa, a greve é necessária, é o único instrumento de que dispõe o trabalhador para compelir os empregadores a cumprirem o seu dever, a esbanjarem menos e a pagarem melhor os seus empregados. Agora poderemos, nobre Deputado, testar as intenções do Governo. Vamos pedir urgência para os projetos que atendam ao trabalhador, que disciplinam a matéria e que consideram o direito de greve legítimo e imposterável. Tenho certeza, Deputado, de que todos que têm assento nesta Casa e que combateram a oligarquia da Velha República votarão a favor da urgência e oficializarão o direito de greve, que é, repito, imposterável para o trabalhador brasileiro.

O SR. DJALMA BOM — Nobre Deputado Farabulini Júnior, devo avisar a V. Ex^a que ontem mesmo apresentei projeto dispondo sobre a revogação das Leis nºs 4.330 e 1.632, para que se tenha o restabelecimento da plenitude democrática.

O Sr. Farabulini Júnior — E a urgência, Deputado.

O SR. DJALMA BOM — Vou pedir urgência às Lideranças partidárias. Vamos ver se elas são pela democracia mesmo.

O Sr. Farabulini Júnior — Testemos o sentimento democrático. Assinaremos o pedido de urgência de V. Ex^a

O SR. DJALMA BOM — Sr. Presidente, o Gen. Newton Cruz já colocou o pijama, já foi descansar; minha preocupação agora é com essa nova mentalidade do Ministro da Justiça, nosso companheiro Fernando Lyra. Não tente S. Ex^a resgatar o Gen. Newton Cruz para que ele venha assumir a Secretaria de Segurança Pública em Brasília. Estamos muito preocupados com essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edison Lobão, como Líder do PDS.

O SR. EDISON LOBÃO (PDS — MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos assistindo a Nova República instalar-se nos seus alicerces. Nós, pacientemente, temos ouvido aqui os oradores que se sucedem rumo vaga impressionante, uns contra os outros e todos da Nova República. Nosso companheiro Djalma Bom ainda há pouco criticava severamente o Ministro da Justiça. E faz uma ressalva: ao meu ver, seu recado é que o Ministro da Justiça não fala em nome do Presidente Tancredo Neves. Fala, sim, Deputado Djalma Bom, em nome do Governo inteiro, e o Governo que se exerce é o do Presidente Tancredo Neves. As linhas mestras que orientam a Administração atual foram traçadas pelo Presidente Tancredo Neves, e nem poderia ser de modo diferente. Não quero aqui dizer que o Ministro está certo ou errado, V. Ex^a é quem o diz. O que quero dizer é que tudo quanto o Ministro da Justiça está fazendo é em nome do Governo da Nova República. Se acertos ele pratica, a Nova República está praticando; se erros S. Ex^a comete, é a Nova República que os comete. Então, é preciso não dividir as coisas que são indivisíveis, sob pena de cairmos na idéia de que a Nova República tem um Governo estilhaçado em mil pedaços, cada qual puxando para um lado.

Gostaria de falar também um pouco sobre o Banco Sulbrasileiro, o assunto da moda. Confesso que tenho profundas preocupações com a situação dos seus funcionários. São ora 17 mil, ora 24 mil, não importa em torno de 20 mil funcionários que estariam sendo demitidos. Preocupo-me, repito, profundamente com sua situação. Mas também me preocupa a situação de 3 milhões e 800 mil trabalhadores desempregados deste País, e não vejo a preocupação do atual Governo com esses desempregados.

Ainda há pouco ouvi neste Plenário o Líder Valmor Giavarina culpar o Governo passado pela situação do Sulbrasileiro. Mas foi precisamente o Governo passado quem socorreu o Sulbrasileiro com meio trilhão de cruzeiros para que não quebrasse, para que os seus funcionários não fossem colocados nas ruas. O Governo passado cometeu erros? Se cometeu, o Governo atual nada mais é do que um seu seguimento em matéria de economia. Quem é o Ministro da economia deste Governo da Nova República? É o Dr. Francisco Dornelles. Quem era o Dr. Francisco Dornelles no Governo passado? Um dos seus principais agentes, que trabalhava precisamente no Ministério da Fazenda, em torno do qual circulavam os interesses do Sulbrasileiro. Então, se o Governo passado errou, o Governo presente é solidário com o erro, porque o atual Ministro da Fazenda era o Secretário da Receita do Governo anterior.

E mais: o atual Presidente do Banco Central, se não me engano, era um alto funcionário da Fundação Getúlio Vargas, que pertence também ao Governo, e que operava freqüentemente para o Banco Central.

Então, não me venham dizer que o atual Governo é inocente e que o Governo passado é criminoso. Ou um é inocente e o outro também é ou o anterior é culpado e o atual por igual também é culpado.

Mas o que fazer com o Sulbrasileiro? Socorrê-lo? Acho que talvez se deva socorrer, sim. Mas com os recursos da reserva de contingência? A reserva de contingência nasceu para pagar os funcionários públicos do Ministério da Educação, sem o que a merenda escolar terá de ser suprimida para que o Sulbrasileiro continue existindo. Nossas vinte e duas milhões de crianças que se beneficiaram diariamente da merenda escolar seriam prejudicadas se tirássemos recursos da reserva de contingência.

Para que serve a reserva de contingência? Para situações emergenciais, como essa que agora ocorre no Norte do País, com o Piauí submerso, com o meu Estado, o Maranhão, e o Ceará debaixo, água, como estamos a ver pela televisão todos os dias.

E o que a Nova República fez para ajudar a esses três Estados, até o momento? Absolutamente nada. Os recursos da reserva de contingência se destinam, sim, a isso.

Então, se querem uma sugestão, eu darei: vamos salvar o Sulbrasileiro com recursos do Gabinete do Presidente da República, com recursos do Gabinete do Ministro da Fazenda e, mais ainda, com recursos da SUDESUL.

O Sr. Valmor Giavarina — Permite-me V. Ex^a um aparte? -

O SR. EDISON LOBÃO — Isto, a meu ver, é o que deve ser feito.

Não estou contra o Sulbrasileiro e seus funcionários. Pelo contrário. Acho que os funcionários devem ser defendidos, mas não em prejuízo do Nordeste brasileiro, nem em prejuízo das situações de emergência que devem ser assistidas pela reserva de contingência do País. E muito menos acho que se deva retirar recursos da merenda escolar, das crianças pobres do meu Brasil, para atender ao Sulbrasileiro com um trilhão e quinhentos bilhões de cruzeiros.

Ouço o nobre Deputado Valmor Giavarina.

O Sr. Valmor Giavarina — Ouvia V. Ex^a com muita atenção. E ouvi principalmente uma pergunta feita em seu bem costurado discurso. "O que a Nova República fez, até agora, nesses vinte dias" — porque a Nova República foi inaugurada no dia 15 de março, não chegamos ainda a 15 de abril — "para salvar os Estados do Norte e do Nordeste, que estão submersos?" Realmente, não pode fazer nada, porque há mais de vinte dias está chovendo e não temos ainda tanta força para mandar parar de chover. Mas, nobre Deputado, o que estranho é que V. Ex^a tenha mudado seu discurso. Não ouvi V. Ex^a, que é um Parlamentar brilhante, e o tenho acompanhado ao longo desses dois últimos anos, pronunciar nenhum discurso tão veemente quanto este que faz agora — continua na tribuna da direita — na Oposição. V. Ex^a não fez um discurso para perguntar o que a Velha República fez para parar, para estancar todos os descabros que aconteceram durante esses vinte e um anos de desgoverno. Era a indagação que eu queria fazer. Gostaria de ter uma resposta de V. Ex^a (Palmas.)

O SR. EDISON LOBÃO — Darei a resposta prontamente a V. Ex^a Confessa V. Ex^a que em vinte dias de Governo a Nova República nada fez pelo sofrido Nordeste. Mas ela já fez alguma coisa pelo SUDESUL.

O Sr. Valmor Giavarina — Ainda não

O SR. EDISON LOBÃO — Já fez. Reuniões se sucedem; idéias são concebidas; articulações se fazem para chegar brevemente ao Congresso Nacional decreto-lei resolvendo um problema que nasceu antes, enquanto o sofrimento do Nordeste é quase milenar.

Deputado Valmor Giavarina, aqui estive tantas vezes — e V. Ex^a não sabe disso — condenando o Governo, do qual eu já era líder, por descuidos para com o Nordeste. Cheguei a ser o relator de um simpósio que apresentou relatório dramático sobre a situação do Nordeste brasileiro. V. Ex^a ignora o fato ou por não ter comparecido às sessões da Câmara nos instantes devidos — e não era obrigado a fazê-lo — ou porque não estava nesta Casa. Mas se há um Parlamentar que tem madrugada na luta pelos interesses do Nordeste brasileiro, protestando contra os erros, esse Parlamentar, está aqui. O que não posso ouvir em silêncio é V. Ex^a condenar o Governo passado por erros que são cometidos por igual por este Governo.

Concedo o aparte ao Deputado Osvaldo Nascimento.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Tem V. Exª uma preocupação muito humana, muito justa, com relação à defesa do Norte e do Nordeste do País, que também fazem parte do Brasil. Mas queremos informar a V. Exª que assistimos na televisão brasileira, esta semana, ao Presidente José Sarney determinar a feitura de um projeto que se intitula "Nordestão", que brevemente encaminhará a esta Casa, destinando 12,5 bilhões de dólares para socorrer o Nordeste. V. Exª, sendo Líder do PDS, já devia ter notícia deste fato. O total atinge, quase 60 trilhões de cruzeiros. A questão do Sulbrasileiro não é simplesmente de aplicação de verbas em termos de doação. O Governo estará atendendo a uma situação aflitiva dessa instituição financeira, buscando inclusive a contrapartida, num prazo fixo de 12 meses. Acreditamos que os Estados do Sul do País terão condições suficientes para solucionar este problema, à medida que colocarem na administração pessoas idôneas, respeitáveis e não corruptas — como aconteceu anteriormente, no caso Sulbrasileiro Habita-sul, cujos responsáveis ainda não foram punidos — que darão uma resposta positiva à Nação, devolvendo o dinheiro. (Palmas nas galerias.)

O SR. EDISON LOBÃO — Agora, sob os aplausos dos funcionários do Sulbrasileiro que, ao que tudo indica, não desejam o meu voto-vem V. Exª dar notícia daquilo que o País já sabe não há três dias, mas há vários anos: o Projeto Nordestão. Não é uma invenção da Nova República; foi elaborado pelo Governo passado e, só agora, é anunciado o seu encaminhamento ao Congresso Nacional.

O Sr. Osvaldo Nascimento — V. Exª não havia noticiado a atuação do novo Governo. Não estamos aqui para defender o novo Governo. V. Exª sabe que fazemos oposição a ele, mas, por uma questão de justiça, temos de colocar as cartas na mesa e jogar limpo, às claras.

O SR. EDISON LOBÃO — Não havia anunciado porque a Nação inteira sabia. Apenas V. Exª não sabia que esse projeto...

O Sr. Osvaldo Nascimento — É lamentável que V. Exª tente esconder a verdade.

O SR. EDISON LOBÃO — Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo que lamento que não se soubesse que esse projeto estava elaborado e pronto há tanto tempo.

Mas o que é o Projeto Nordestão? São 12 bilhões de dólares, a serem aplicados em 15 anos, se o Governo obtiver os recursos externos. Nada de positivo, nada de concreto. E não se sabe quando vai começar o projeto de salvação de um terço da população nacional, de um terço do território nacional. Este projeto já deveria ter sido aplicado há dezenas de anos, tardou muito. Mas o Sulbrasileiro, não; é estado de absoluta emergência! Ou se lhe destina um trilhão de cruzeiros do País, ou o mundo se acaba!

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Roberto Jefferson — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Tem a palavra V. Exª, pela ordem.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Deputado Nelson do Carmo, Vice-Líder do meu partido, antecedeu-me ao

microfone, mas parece-me que S. Exª não esgotou o tempo regimental para Comunicação de Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. Indagaria a V. Exª quanto tempo ainda resta à Liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — No Regimento das duas Casas do Congresso não existe a figura de conclusão de tempo regimental. O orador fala, pela Liderança, até 20 minutos. Se falou 10, falou 10; se falou 15, falou 15, e não há a complementação, como ocorre no Regimento da Câmara dos Deputados.

O SR. ROBERTO JEFFERSON — Gostaria de pedir a V. Exª, dentro do espírito democrático que o caracteriza, somente cinco minutos, para concluir o pensamento do Partido Trabalhista Brasileiro, como seu Líder.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Eu vou concluir a leitura desta parte do Expediente, e ao final darei a palavra a V. Exª, por cinco minutos.

A Presidência convoca os Srs. Parlamentares para uma sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1984, que estabelece eleição direta para prefeito em município considerado área de segurança nacional.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1984, que altera a redação do Item II do caput do art. 42, da Constituição Federal, tendo

Parecer contrário sob nº 53, de 1984-CN, da Comissão Mista (com votos em separado do Senhor Deputado José Frejat e dos Senhores Deputados João Gilberto, Jorge Leite, Roberto Rollemberg, Darcy Passos e Senadores Fernando Henrique Cardoso, Cid Sampaio e Hélio Gueiros).

A matéria constou da Ordem do Dia das sessões conjuntas realizadas no dia 27 de junho de 1984, às nove e às quinze horas, deixando de ser apreciada pelo término do tempo regimental da sessão.

Na sessão conjunta de 31 de outubro de 1984, às onze horas, a matéria deixou de ser apreciada por falta de quorum para o prosseguimento dos trabalhos.

Em discussão a proposta.

Não havendo oradores inscritos para discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

A Proposta de Emenda à Constituição, nos termos do art. 48 da Lei Maior, exige quorum de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação.

Dada a inexistência desse quorum, deixa de ser procedida a votação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre representante do PTB, Deputado Roberto Jefferson, por cinco minutos.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, inicialmente, desejo fazer coro às palavras do Líder do PT a respeito das declarações sobre a greve dos motoristas de ônibus na Capital Federal feitas por S. Exª, o Ministro da Justiça, profundamente antidemocráticas, profundamente infelizes, profundamente contraditórias, principalmente quando sabemos que o Ministro

ainda invoca institutos inseridos na Carta e na própria CLT, fruto do arbítrio e do autoritarismo dos últimos vinte anos

Mas gostaria de referir-me também, Sr. Presidente, à importância da resolução do problema do Habita-sul e do Sulbrasileiro. Alardeia-se que os recursos a serem utilizados serão tirados de outras regiões, que estão carentes e que precisam dessas verbas; que o Nordeste e o Norte sofrerão prejuízos em favor do Sul e do Sudeste. Não é verdade. O Governo, quando socorre o Sulbrasileiro com o apoio desta Casa, primeiro enfoca o problema dos vinte mil funcionários do banco. Sabemos que a liquidação hoje precipitará o pagamento da dívida do Banco Sulbrasileiro para com empresas estrangeiras, na ordem de 200 milhões de dólares, ou seja, um trilhão de cruzeiros, dívida que venceria nos próximos seis anos; mas, se a liquidação se der hoje, como o Banco Central é o avalista do empréstimo oriundo do exterior, tem de pagar agora. Então, de qualquer maneira a Nação vai fazer o pagamento de um trilhão de cruzeiros. E de um modo muito mais oneroso, isto é, com a desgraça de 20 mil funcionários e tendo que responsabilizar-se pelas obrigações internacionais contratadas.

Segundo, sabemos que há 600 bilhões de depósitos em operações financeiras de overnight, letras, open que terão de ser págas e resgatadas — 1 trilhão e 600 bilhões, e mais 300 milhões da dívida da instituição com os trabalhadores no tocante ao pagamento do Fundo de Garantia, férias proporcionais, 13º Salário etc. Então se houver a liquidação hoje, a Nação gastará a curto prazo quase dois trilhões de cruzeiros. Se existe a possibilidade de um investimento salvar o banco e essas coisas se resolverem com o tempo, em condição de a Nação equilibrar suas finanças e poder atender a todos esses problemas, é uma solução muito mais inteligente e que não fala no regionalismo

Sr. Presidente, vou citar um exemplo. Uma só empresa de fumo — estava lendo nos jornais — tem 50 bilhões de cruzeiros aplicados no banco. Se a instituição não conseguir sobreviver, haverá um prejuízo de 50 bilhões para essa indústria de fumo. Cinquenta bilhões para ela é a falência, com todos os seus funcionários na mesma situação. E as outras empresas que vivem ao redor das que tem os seus recursos aplicados no Habita-sul? Vamos ver: o produtor de fumo não vai receber, o transportador não vai receber, os empregados das empresas que trabalham no consórcio e no apoio às atividades principais não irão receber. Esse um trilhão de cruzeiros vão provocar, se não aplicados agora como medida sancionadora, um prejuízo que chegará, talvez, a cinco ou dez trilhões de cruzeiros, que é a consequência da quebra das empresas que vivem em função dos recursos investidos no banco ou em função daquelas outras que lhe são ligadas periféricamente. Trata-se de uma posição de inteligência. Não há qualquer cunho de regionalismo nessa posição, inclusive porque sou Deputado pelo Rio de Janeiro. Trata-se — repito — de uma solução de inteligência que se aplica ao momento, para que não vejamos uma tragédia ampliada e a desgraça e o sofrimento se abaterem sobre milhares de trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela concessão de me possibilitar usar a palavra como Líder do partido. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 30 minutos.)

Ata da 51ª Sessão Conjunta, em 3 de abril de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho.

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Mouacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — José Ignácio Ferreira — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Alfredo Campos — Gastão Müller — José Fragelli — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SENHORES DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS.

Roraima

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Domingos Juvenil — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Sarney Filho — PFL; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PFL.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PFL.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Antônio Osório — PDS; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espirito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Carlos Peçanha — PMDB; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PMDB; Jorge Leite — PMDB; José Frejat —

PDT; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Roberto Jefferson — PTB; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronan Tito — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Bete Mendes — PT; Celso Amaral — PTB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doretto Campanari — PMDB; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goias

Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; José Tavares — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ivo Vanderlinda — PMDB; Luiz Henrique —

PMDB; Nelson Morro — PDS; Odilon Salmória — PMDB; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Maury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sival Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 34 Srs. Senadores e 253 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Floriceno Paixão.

O SR. FLORICENO PAIXÃO (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congres-

sistas, a Nação inteira assistiu, há pouco tempo, a mais um escândalo financeiro. Refiro-me, Srs. Congressistas, à liquidação extrajudicial do Grupo Brasilinvest, capitaneado pelo Sr. Mário Garnero, homem que frequentava o ambiente palaciano dos últimos dias do autoritarismo, esse mesmo cidadão que, à sombra do poder e auferindo vantagens indevidas, promoveu seminários no exterior sobre o problema de nosso desenvolvimento e da dívida externa brasileira.

As autoridades da Nova República, em atitude desasombrada e que mereceu o apoio total da Nação, determinaram imediatas providências. E a Procuradoria-Geral da República já ofereceu denúncia contra os principais envolvidos nesse crime de colarinho branco.

Desse episódio, contudo, Sr. Presidente, houve alguns desdobramentos que estão a merecer reparos. Logo no início das investigações, chegou a ser insinuado que importantes e sérios homens de negócios, honestos empresários, também estariam conluídos com o Sr. Mário Garnero.

Dentre inúmeros cidadãos que tiveram seus nomes anunciados como sendo membros do Conselho de Administração da Brasilinvest, figura o do Sr. Hélio Smidt, digno Presidente da VARIG. Não posso dar o meu testemunho a respeito dos demais membros desse Conselho que, conforme as apurações revelaram, foram ludibriados pela atitude solerte e enganosa do Sr. Mário Garnero.

Mas, Sr. Presidente, posso dar meu depoimento a respeito de Hélio Smidt. Conheço-o bem, como aliás, o Rio Grande do Sul o conhece. Honesto, dedicado ao trabalho, homem de sólidos princípios morais, não tenho eu a menor dúvida de que Hélio Smidt foi enganado em sua boa fé. Jamais participou, ou sequer chegou a ter vislumbre, do que se passava nas atitudes do Sr. Mário Garnero. Esse Conselho de Administração foi utilizado como joguete e, baseado na reputação de seus integrantes, deles se serviu a Diretoria do Brasilinvest para praticar seus atos criminosos.

O Sr. Hélio Smidt possui um passado de retidão de caráter e de atitudes definidas. À frente da VARIG, sua de-

dicção é total. A empresa está sólida e prospera a olhos vistos. Todos são unânimes em afirmar que ele vem realizando um trabalho altamente elogiável.

Os homens não mudam de caráter abruptamente. Se Hélio Smidt sempre foi sério à frente da VARIG, e continua a sê-lo, reputo inadmissível que sua conduta na Brasilinvest pudesse ser a de um estelionatário, de um criminoso vulgar.

Por isso mesmo, Srs. Congressistas, com a autoridade que o mandato parlamentar me confere, desejo registrar nos Anais do Parlamento brasileiro o meu repúdio ao envolvimento do nome de Hélio Smidt no caso do Brasilinvest, ao mesmo tempo em que dou o meu testemunho a respeito desse notável empresário brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. João Agripino — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOÃO AGRIPINO (PMDB — PB Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Casa está praticamente vazia. Estão presentes apenas três Deputados e dois Senadores, contando com V. Exª. Parece-me, pois, que não há número para o prosseguimento de nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Procede a questão de ordem levantada por V. Exª.

Antes porém de encerrar a sessão, a Presidência convoca os Srs. Parlamentares para uma sessão conjunta a realizar-se na segunda-feira, dia 8, às 11 horas, neste plenário, destinada à leitura da Mensagem nº 17, de 1985-CN, referente ao Projeto de Lei nº 3, de 1985-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça do Trabalho o crédito especial de Cr\$ 17.000.000 (dezesete milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 18 horas e 37 minutos

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70 160

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

QUADRO COMPARATIVO

(4ª edição)

Texto constitucional vigente (incluindo a Emenda Constitucional nº 22/82) comparado à Constituição promulgada em 1967 e à Carta de 1946.

152 notas explicativas, contendo os textos dos Atos Institucionais e das Emendas à Constituição de 1946.

Índice temático do texto constitucional vigente.

(Emendas Constitucionais

nºs 23 e 24, de 1983,

em separata)

Preço: Cr\$ 2.000,00

380 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Número Comemorativo do 20º Aniversário do Periódico

Está circulando o nº 81 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, publicado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número contém 420 páginas e circula com um *Suplemento Especial* — “Integração na América Latina” (696 páginas) — e o *Índice da Revista de Informação Legislativa* (nºs 1 a 80).

Sumário do nº 81:

- O Poder Legislativo moderno no Estado: declínio ou valorização? — *Senador Fernando Henrique Cardoso*
- A Lei nº 6.515: crítica e autocrítica — *Senador Nelson Carneiro*
- O pesquisador e o professor pesquisador no magistério superior — *Senador Aderbal Jurema*
- A evolução política dos Parlamentos e a maturidade democrática — O exemplo modelar do Parlamento Inglês — *Almir de Andrade*
- História dos Parlamentos: um esboço — *Luiz Navarro de Britto*
- O poder constituinte e sua pragmática — *Paulino Jacques*
- Constituição, constituinte, reformas — *Clóvis Ramalhet*
- Técnica constitucional e nova Constituição — *Josaphat Marinho*
- A limitação do poder constituinte — *Fernando Whitaker da Cunha*
- Uma Constituição brasileira para o Brasil — *Paulo de Figueiredo*
- O direito constitucional e o momento político — *Paulo Bonavides*
- Valor e papel do Congresso — *José Carlos Brandi Aleixo*
- Imunidades Parlamentares — *Rosah Russomano*
- Teoria geral dos atos parlamentares — *José Alfredo de Oliveira Baracho*
- O “discurso intervencionista” nas Constituições brasileiras — *Washington Peluso Albino de Souza*
- O “lobby” nordestino: novos padrões de atuação política no Congresso brasileiro — *Antônio Carlos Pojo do Rego*
- O Congresso e o ápice da crise constitucional-tributária — *Ruy Barbosa Nogueira*

- Reforma tributária (Emenda Constitucional nº 23, de 1º de dezembro de 1983) — *Geraldo Ataliba, Aires Fernandino Barreto e Cléber Giardino*
- A sentença normativa e o ordenamento jurídico (perspectiva político-constitucional) — *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*
- Sumário do Suplemento Especial* — “Integração na América Latina”:
- Introdução geral — Modelos de integração regional na Europa e na América Latina e papel das integrações regionais — *Fausto Pocar*
- Integração na América Latina — *José Carlos Brandi Aleixo*
- Da ALALC à ALADI — *Andrea Comba*
- Da ALALC à ALADI — *Luiz Dilermando de Castello Cruz*
- O Sistema Econômico Latino-Americano — SELA — *Humberto Braga*
- O Grupo Sub-Regional Andino — *Massimo Panebianco*
- Mercado Comum Centro-Americano — *José Carlos Brandi Aleixo*
- Comunidade do Caribe — CARICOM — *Humberto Braga*
- O Tratado da Bacia do Prata — *Anna Maria Villela*
- Tratado de Cooperação Amazônica — *Rubens Ricupero*
- Modelos de integração na América Latina: a ALADI e o SELA — *Massimo Panebianco*
- As Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional (com especial atenção aos Estados latino-americanos) — *Antônio Augusto Cançado Trindade*
- Textos Básicos*

Preço do exemplar (com o Suplemento e o Índice): Cr\$ 2.000,00

Assinatura para 1984 (nºs 81 a 84): Cr\$ 8.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF — CEP 70.160.

Encomenda mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal. Atende-se também pelo reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 82

Preço
Cr\$ 2.000,00

Está circulando o nº 82 (abril/junho de 1984) da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal. Este número, com 420 páginas, contém as seguintes matérias:

- Os métodos de solução pacífica de controvérsias internacionais: tendências recentes
Antônio Augusto Cançado Trindade
- Justiça social e interpretação no direito brasileiro
Haroldo Valladão
- Revogada a Constituição de 1967 — breve comentário a uma decisão do STF
Rubem Nogueira
- Parlamentarismo ou democracia?
Eduardo K. M. Carrion
- Aspectos do federalismo norte-americano
Torquato Lorena Jardim
- O direito da crise
Arnoldo Wald
- O desprestígio das leis
Eduardo Silva Costa
- O Parlamento brasileiro e o problema do menor abandonado
Paulo de Figueiredo
- Pena de morte e colônias correcionais
Paulino Jacques
- Processo político e participação
Carlos Antônio de Almeida Melo
- Voto distrital e os Partidos Políticos
David V. Fleischer

- Inconstitucionalidade de fusão e incorporação de Partidos Políticos
Celso Bastos
- A Missão Inglesa de 1924
Mircea Buescu
- Gestão de empresa com participação de seus empregados (Carta federal — art. 165, inciso V)
José Martins Catharino
- Trabalhador brasileiro no estrangeiro
Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena
- Movimento sindical de trabalhadores rurais e a modernização da agricultura brasileira
Vilma Figueiredo
- Anotações ao Código da Propriedade Industrial (arts. 1º a 58 — Patentes)
Nuno Tomaz Pires de Carvalho
- O Direito Penal Econômico e os crimes contra a propriedade industrial
Eleonora de Souza Luna
- Titularidade da obra intelectual
Antônio Chaves
- Direito de autor e interesse público nos países em desenvolvimento
Carlos Alberto Bittar

* Assinatura para 1984 (nºs 81 a 84): Cr\$ 8.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas,
Senado Federal, 22º andar. Brasília, DF — CEP 70160

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal.
Atende-se, também, pelo reembolso postal.

REFORMA

ADMINISTRATIVA

ORGANIZAÇÃO

DA ADMINISTRAÇÃO

FEDERAL

Decreto-Lei nº 200, de 1967

Texto atualizado e anotado

Legislação alteradora

Legislação correlata

4ª edição — 1984

500 páginas
Preço:
Cr\$ 5.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas,
Senado Federal, 22º andar. Brasília, DF — CEP 70160

Encomenda mediante cheque visado
pagável em Brasília ou vale postal.

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00